

A escolarização e a educação como processo social

Escrito por Jorge da Silva

Qua, 14 de Junho de 2006 21:00

Já há algum tempo uma confusão permeia os discursos em vários segmentos sociais que consideram como educação a criança freqüentar a escola, de esta maneira investir em educação seria construir estabelecimentos escolares e alocar os alunos em seu interior, visto que freqüência escolar nem sempre é sinal de aquisição de educação.

Responsabilizam a falta de investimento em educação como responsável pela criminalidade, onde investir na educação seria construir escolas, adquirir material escolar e/ou pedagógico. Contudo, o jornal "O Globo", divulgou dados mostrando que a primeira turma composta de 21 alunos com idades entre 7 e 8 anos que estudava em horário integral, matriculada no primeiro Centro de Educação Integrada - CIEP, construído há 21 anos no Rio de Janeiro, em cujo grupo de 21 alunos, 12 era do sexo masculino e a metade se envolveu com o crime, sendo que um morreu em confronto com a polícia e os outros estão presos.

Igualmente, podemos observar também através da mídia, que poderosos chefes de facções criminosas, geralmente possuem o ensino fundamental concluído e em algum caso o ensino médio e em algumas vezes até o ensino superior. O problema não é freqüentar escolas (escolarização), mas sim uma política de governo que trate a educação como processo social, visando proporcionar ao educando a aquisição de valores , hábitos, atitudes e a formação do caráter. O fato do indivíduo não ter tido oportunidade de escolarização, não irá transformá-lo em um criminoso, mas sim, uma escolarização onde não haja uma educação que lhe ofereça oportunidade social.

No Brasil, a federalização da educação existe somente no ensino superior. Precisamos federalizar também a educação básica, através da criação de um ministério ou de uma secretaria especial, cujo objetivo fosse planejar coordenar e operacionalizar junto com estados e municípios uma política de educação que viesse privilegiar atividades exclusivas de educação básica e de iniciação profissionalizante para os educandos oriundos de famílias, onde as pessoas são as mais prejudicadas pela má distribuição da renda nacional e que, por isso possuem uma maior probabilidade de ingressarem na criminalidade. Que fosse dada a oportunidade a esses jovens carentes de adquirir uma profissão através da criação da escola-empresa, que seriam instituições de ensino profissionalizante, criadas em convênio com empresas, que concederiam uma bolsa-auxílio ao aluno no valor de um terço do salário mínimo, cujo valor seria deduzido dos impostos a serem pagos pela empresa. Entendemos que a escolarização profissional tem muito haver com a distribuição de renda, e que a desigualdade social tem uma relação muito estreita com a criminalidade, visto que a falta de perspectiva na sociedade é que facilita o ingresso da criança e do adolescente no crime, visto seus responsáveis não acenam com o discurso somente, mas sim com uma ação que acaba convencendo aquele desassistido pelo poder público de uma educação que lhe ofereça efetivamente a possibilidade de vislumbrar a chance de uma melhoria social para ele e para

A escolarização e a educação como processo social

Escrito por Jorge da Silva

Qua, 14 de Junho de 2006 21:00

sua família.

Precisamos entender que o importante em uma sociedade democrática é que todos tenham o direito e a oportunidade de ingressarem na escola. Que exista escolas para todos, agora dos 6 aos 14 anos e que esse ensino fundamental seja de qualidade, contextualizado atendendo ao interesse do educando, e que a término deste exista a real oportunidade poder escolher se irá cursar o ensino médio acadêmico visando o ingresso no ensino superior também acadêmico ou se ingressa em um ensino profissionalizante oferecido pelas empresas, que além do incentivo fiscal estaria também formando uma mão de obra muito mais especializada e vocacionada para o ramo de atividade daquela empresa ou nas escolas técnicas. Que após a realização desses cursos fosse assegurado por lei à oportunidade do formado, realizar de um período de treinamento mínimo de 18 meses, com a percepção de uma bolsa correspondente a um salário mínimo, que poderia se refletir em um novo incentivo fiscal proporcional a quantidade de contratados.

Precisamos deixar de ser um país que só terá futuro sócio-econômico o indivíduo que ingressar no ensino superior para obter um diploma de graduação. Torna-se necessário mudar o perfil dos gastos federais com a educação, visto que no Brasil este gasto é distorcido, uma vez que se dirige ao ensino superior de graduação, na verdade um grau de ensino que deve ser acessível a todos que apresente aptidão cognicista para o academicismo, independente de nível sócio-econômico, indiferente se cursou ensino médio em uma instituição pública ou particular.

Que os cursos seqüenciais, criados pela Lei nº 9394/96 - LDB, mas que até hoje não foram assumidos pelas universidades federais e muito menos oferecidos como sendo um curso superior capaz de atender aos interesses daqueles que já se encontram no mercado de trabalho, das empresas e dos alunos oriundos das escolas técnicas.

Portanto, oferecer a oportunidade da criança e o adolescente freqüentarem uma escola é importante, entretanto ela por si só não evitará o ingresso do educando na criminalidade, mas sim o desenvolvimento de um ensino de qualidade na escola pública que evite a repetência, pois na escola particular essa reprovação é infinitamente menor. Que o ensino através da contextualização seja atraente e evite que o educando abandone a escola, reduzindo assim também a evasão. A educação como processo social é crucial tanto para o crescimento econômico do país, quanto para os cidadãos movimentarem-se hoje na sociedade, visto que a educação é um componente estratégico no combate à pobreza e a desigualdade e estas à criminalidade e não a pura e simples freqüência da criança a escola.

A escolarização e a educação como processo social

Escrito por Jorge da Silva

Qua, 14 de Junho de 2006 21:00
